

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 250/2010

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, constituída pelos Decretos Judiciários nº 416/10 e 491/10, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, torna público que fará realizar, **às 08h00 (oito horas) do dia três de dezembro de 2010 (03/12/2010)** na Sala de Reunião da Comissão, situada no 1º andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, à Rua 18, nº 508, esquina com Avenida 85, Setor Oeste, em Goiânia-GO, licitação, na modalidade **Convite**, do tipo menor preço, em atendimento ao processo administrativo de nº 3430103/2010.

CONVITE

DO OBJETO

1. O presente convite tem por objeto a contratação de serviços de confecção de carteira de identidade civil e funcional de magistrado, conforme especificado no(s) Anexo(s) deste Edital.

DA PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar do presente certame as firmas convidadas e aquelas que, devidamente cadastradas neste Tribunal de Justiça, demonstrarem interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início da reunião destinada à abertura dos envelopes contendo as propostas.

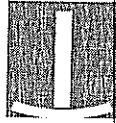
DO PROCEDIMENTO

3. A firma interessada deverá apresentar a proposta de preços e os documentos de habilitação no local, dia e hora determinados, em 1 (um) envelope, devidamente fechado e rubricado no fecho.

dizeres:

4. O envelope deverá conter, em sua parte externa, os seguintes

a) ANEXO II DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, Rua 18, nº 508,



- 1º ANDAR, SETOR OESTE – GOIÂNIA-GO;
b) NÚMERO DO CONVITE;
c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

5. A firma interessada que porventura não puder participar da reunião de abertura dos envelopes, por seu representante legal ou especificamente nomeado, poderá participar da licitação, desde que encaminhe o seu envelope à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, até dois dias úteis antes da data de abertura dos trabalhos.

6. A firma interessada que quiser se utilizar da via postal, deverá encaminhar seu envelope, por SEDEX, endereçado à Comissão Permanente de Licitação e mencionando na sua parte externa e frontal além da razão social da firma proponente, o número e a modalidade da licitação, o qual só será aceito se recebido pela Secretaria da Comissão até o dia e horário estabelecidos neste Edital para a apresentação da proposta de preço, sem qualquer violação do seu conteúdo.

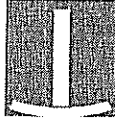
7. É facultada à firma interessada a participação nas sessões por seu representante legal ou especificamente nomeado. A presença destes, devidamente comprovada por documento que deverá acompanhar a proposta, proporcionará à firma participante o direito de defender seus interesses nos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação.

8. Será vetada a participação da firma interessada que tiver sido declarada inidônea por qualquer órgão público ou entidade de Governo Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal. O veto poderá ocorrer em qualquer uma das fases da licitação.

9. Os documentos necessários a esta licitação deverão ser apresentados por suas cópias ou por cópias de suas publicações em órgãos de imprensa oficial, devidamente autenticadas por cartório competente ou pela Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Caso sejam apresentados documentos originais, os mesmos ficarão retidos no processo.

10. Somente serão autenticados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, documentos relativos às licitações do Tribunal de Justiça e deverão ser apresentados, para tal, impreterivelmente, até o terceiro dia útil anterior à abertura dos envelopes de documentação. Para tanto, a Secretaria da Comissão estará funcionando nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.

11. A Comissão Permanente de Licitação, recolherá junto ao Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça, após as 17h00 (dezessete horas) do dia útil anterior ao da abertura dos trabalhos, envelope(s) encaminhado(s), por empresa(s) interessada(s), relativo(s) a esta Licitação, não se responsabilizando por envelope(s)



entregue(s) em local diverso do mencionado neste edital.

12. Uma vez encerrado o prazo de entrega dos envelopes, será iniciada, imediatamente, a reunião de abertura dos mesmos, na presença da Comissão Permanente de Licitação e demais presentes, não sendo aceita a participação de empresa interessada retardatária, nem admitida qualquer informação que altere ou complemente o conteúdo do envelope.

DA DOCUMENTAÇÃO

13. Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

14. O envelope deverá conter:

14.1. documentação relativa à habilitação jurídica:

a) comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito também o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isentando a licitante da apresentação dos demais documentos exigidos, inclusive nos Anexos deste Edital.

14.2. documentação relativa à regularidade fiscal:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal.

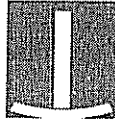
14.3. documentação relativa à qualificação técnica:

a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais Atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação, de forma satisfatória, de serviços com características semelhantes às especificadas neste Edital;

b) o Atestado de Capacidade Técnica deverá ser confeccionado em papel timbrado, contendo o CNPJ, indicação do endereço da sede legal, do telefone para contato e a assinatura do representante legal da empresa emitente.

14.4. Declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de



aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.

14.5. a proponente deverá declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame.

14.6. declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal.

14.7. proposta de preços contendo:

a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato;

b) especificação do(s) serviço(s);

c) valores unitário e total do serviço;

d) data e assinatura do representante legal da proponente.

15. O preço proposto deverá ser líquido e irrevogável, estando nele inclusos frete, tributos, encargos sociais, demais despesas e os abatimentos e/ou descontos porventura concedidos pela licitante. Quando não indicados, considerar-se-ão inclusos.

16. A licitante indicará o percentual ou o valor fixo correspondente ao desconto ou abatimento no preço, para o caso de eventual pagamento antecipado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Se não indicar, presume-se que não haverá a prática do desconto.

17. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via impressa, em papel formato A4, escrito em linguagem clara e objetiva, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

18. Não será admitida proposta via fax.

19. Será desclassificada a licitante cuja proposta estiver em desacordo com as condições e especificações deste edital e/ou da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.



20. Caso a proponente tenha interesse em valer-se das prerrogativas conferidas à MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, para comprovação de tal condição, no envelope de proposta, declaração de enquadramento ou certidão emitida pela Junta Comercial competente, emitida no corrente exercício.

DO JULGAMENTO

21. No julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação levará em conta, no interesse do serviço público, o critério de MENOR PREÇO, observados o prazo máximo para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no Edital.

22. Não serão aceitas reivindicações pleiteando adicional de preço por falta ou omissão que porventura vier a ser verificada nas propostas, ou pedido de desconsideração das mesmas, por razões semelhantes.

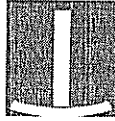
23. A Comissão Permanente de Licitação não aceitará proposta que apresentar quaisquer ofertas de vantagens não previstas no edital, ou apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço.

24. Para habilitar-se a contratar com este Tribunal de Justiça, a firma responsável pela proposta vencedora deverá reapresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata de julgamento, os documentos acessórios exigidos na apresentação da proposta, se estes estiverem, no ato da adjudicação, com os respectivos prazos de validade vencidos.

25. Se a firma proponente vencedora não estiver apta a contratar com este Tribunal de Justiça, por não satisfazer as exigências estabelecidas no item anterior deste edital, será desclassificada, sendo o resultado da presente licitação adjudicado a outra licitante, segundo a ordem de classificação.

26. Será desclassificado a licitante, sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade, capacidade financeira, técnica ou administrativa.

27. Verificada a absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, a Comissão Permanente de Licitação procederá o sorteio entre as firmas empatadas, nos termos do § 2º do art. 45 da Lei Federal nº 8.666/93.



DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

28. Em caso de participação de licitante que detenha a condição de MICROEMPRESA ou de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, após o julgamento e classificação das propostas de preço, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

b) somente se aplicará o critério acima estabelecido quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

29. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

30. Não havendo o empate o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

31. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a a contar do término da fase de classificação das propostas.

32. Na hipótese da não-classificação nos termos previstos no item 28 o objeto licitado será homologado em favor da proposta originalmente considerada melhor classificada.

33. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma



restrição.

34. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

35. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

DA HOMOLOGAÇÃO

36. Decorrido o prazo recursal, com o parecer da Comissão Permanente de Licitação, o processo licitatório será submetido à homologação pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

DA NOTA DE EMPENHO

37. Fica a licitante vencedora convocada a retirar a Nota de Empenho 01 um dia útil após a notificação de sua liberação à empresa vencedora.

38. A Nota de Empenho poderá ser solicitada expressamente à Diretoria Geral do Tribunal de Justiça e ser enviada, via fax, se a licitante assim o desejar.

39. O recebimento da nota de empenho, ainda que fora do prazo de validade da proposta, implicará, na plena ratificação de suas condições, para todos os efeitos.

40. No caso da não retirada da nota de empenho no prazo estabelecido, sem justa causa, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás convocará as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, estando a empresa vencedora sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor homologado e suspensão, pelo prazo de 2 (dois) anos, de contratar com o Tribunal de Justiça.

41. Se quando da emissão da nota de empenho, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa



deverá providenciar a apresentação de novos documentos com prazos de validade vigentes.

DA ENTREGA

42. O prazo máximo aceitável para a entrega dos produtos/serviços licitados é de 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data de recebimento oficial da Nota de Empenho.

43. Os serviços deste Edital serão prestados sob a direção e coordenação da Divisão de Atendimento da Divisão de Recursos Humano do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que terá, inclusive, competência para atestar a sua respectiva execução.

DO RECEBIMENTO

44. Após a entrega, a Divisão de Atendimento da Divisão de Recursos Humano do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, atestará o seu recebimento, encaminhando a nota fiscal e os autos do processo licitatório, à Diretoria Financeira para pagamento.

45. No caso da firma adjudicatária não fornecer o serviço nas mesmas características e condições constantes da sua proposta de preço, incorrerá no descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

DO PAGAMENTO

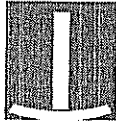
46. O pagamento será feito até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

47. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, por motivos imputados ao contratante, ao mesmo incidirá multa moratória pela TR, *pro rata temporis*, ou por outro índice oficial substitutivo.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

48. Executar os serviços em conformidade com o edital e anexos.

49. Comunicar, por escrito, a Divisão de Atendimento da Divisão de Recursos Humano do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no prazo máximo de 02



(dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento

50. Apresentar, quando solicitado, documento que comprove a procedência e qualidade do material utilizado na execução dos serviços.

51. Substituir todo e qualquer material em que se verifiquem defeitos ou venham a apresentar durante o período de garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

52. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

53. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os **acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.**

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

54. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação de serviços.

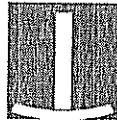
55. Efetuar, através da Divisão de Atendimento da Divisão de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos serviços.

56. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital e Anexo(s).

DOS RECURSOS

57. Dos atos pertinentes a este procedimento licitatório, praticados pela Comissão Permanente de Licitação, caberão recursos, interpostos por escrito, dirigido ao Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e encaminhado à Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo deste Tribunal de Justiça, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

58. Interposto recurso, abrir-se-á vista do mesmo às licitantes, pelo prazo legal, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação o apreciará e decidirá pela manutenção ou reforma do ato recorrido, submetendo o processo, no caso da primeira hipótese, ao Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.



59. Os recursos interpostos fora do prazo legalmente estabelecido não serão conhecidos. Somente serão conhecidos os recursos via fax se forem transmitidos, acompanhados da respectiva guia de remessa postal, no prazo legalmente estabelecido para sua interposição.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

60. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

61. As penalidades e suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e jornal de grande circulação local.

DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

62. A licitação de que trata o presente edital poderá ser revogada ou anulada, pela Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que, em decorrência de qualquer dessas medidas, tenham os participantes direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

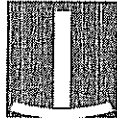
63. A empresa participante que incorrer nas infrações prenunciadas no art. 88 da Lei Federal nº 8.666/93, fica sujeita às sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da mesma Lei Federal.

64. As atas da Comissão Permanente de Licitação, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos, serão divulgados no quadro de avisos da licitação, no Diário de Justiça Eletrônico e pela internet no endereço <http://www.tjgo.jus.br> para conhecimento público.

65. Os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação relativos a este processo licitatório e a participação da empresa licitante, obedecerão as condições deste edital e aquelas previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações posteriores.

66. A participação na presente licitação, implica à firma interessada, pleno conhecimento e submissão aos termos deste Edital, e à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

67. As despesas, decorrentes desta contratação, correrão à conta dos



tribunal
de justiça
do estado de goiás

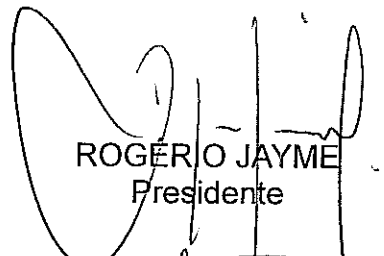
PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação


Tribunal de Justiça
Data: 30

recursos consignados no vigente orçamento, no Programa de Trabalho 0452.02.061.4001.4001.03.20 e, tendo por elemento de despesa 3.3.90.39.66.

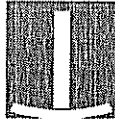
Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que ficará afixado no quadro de avisos da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do Edifício do Palácio da Justiça, na Av. Assis Chateaubriand nº 195, Setor Oeste, esquina com Avenida 85, em Goiânia-GO, estando a Secretaria da Comissão à disposição dos interessados no horário de 08h00 as 17h00, e através do Fax (062) 3236-3445, telefone (062) 3236-3443 ou e-mail licitacao@tjgo.jus.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2010.


ROGÉRIO JAYME
Presidente


MARCELO DE AMORIM
Membro CPL

ROGERIO CASTRO DE PINA
Membro CPL



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

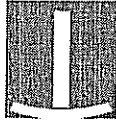
de Justiça
31

ANEXO I

EDITAL Nº 250/2010 – CONVITE

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Item	Quantidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
1	300	CONFECCÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL E FUNCIONAL – PARA JUIZ SUBSTITUTO, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: EM PAPEL FILIGRANADO VERDE, NÃO FLUORESCENTE, COM GRAMATURA DE 94 G/M ² E ESPESSURA DE 122 MM, FORMATO A4; CONTENDO EFEITO MARCA DÁGUA, FIBRAS DE GARANTIA; IMPRESSÕES EM OFFSET, IMPRESSÕES ESPECIAIS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS CONTIDOS NO ANEXO II	R\$ 7,90	R\$ 2.370,00
2	200	CONFECCÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL E FUNCIONAL – PARA DESEMBARGADOR, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: EM PAPEL FILIGRANADO VERDE, NÃO FLUORESCENTE, COM GRAMATURA DE 94 G/M ² E ESPESSURA DE 122 MM, FORMATO A4; CONTENDO EFEITO MARCA DÁGUA, FIBRAS DE GARANTIA; IMPRESSÕES EM OFFSET, IMPRESSÕES ESPECIAIS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS CONTIDOS NO ANEXO II	R\$ 7,90	R\$ 1.580,00
3	400	CONFECCÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL E FUNCIONAL – PARA JUIZ DE DIREITO, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: EM PAPEL FILIGRANADO VERDE, NÃO FLUORESCENTE, COM GRAMATURA DE 94 G/M ² E ESPESSURA DE 122 MM, FORMATO A4; CONTENDO EFEITO MARCA DÁGUA, FIBRAS DE GARANTIA; IMPRESSÕES EM OFFSET, IMPRESSÕES ESPECIAIS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS CONTIDOS NO ANEXO II	R\$ 7,90	R\$ 3.160,00
4	100	CONFECCÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL E FUNCIONAL – PARA DESEMBARGADOR APOSENTADO, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: EM PAPEL FILIGRANADO VERDE, NÃO FLUORESCENTE, COM GRAMATURA DE 94 G/M ² E ESPESSURA DE 122 MM, FORMATO A4; CONTENDO	R\$ 7,90	R\$ 790,00



tribunal
de justiça
do estado de goiás

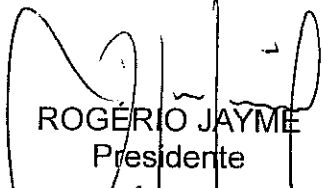
PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

Tribunal de Justiça

32

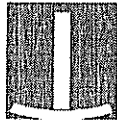
	EFEITO MARCA DÁGUA, FIBRAS DE GARANTIA; IMPRESSÕES EM OFFSET, IMPRESSÕES ESPECIAIS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS CONTIDOS NO ANEXO II	
VALOR TOTAL		R\$ 7.900,00

Goiânia, 24 de novembro de 2010.


ROGÉRIO JAYME
Presidente


MARCELO DE AMORIM
Membro CPL


ROGÉRIO CASTRO DE PINA
Membro CPL



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

de Justiça

33

ANEXO II

EDITAL Nº 250/2010 – CONVITE

MODELO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL E FUNCIONAL

www.tjgo.jus.br

ESPECIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL E FUNCIONAL**1. PAPEL:**

- 1.1.** filigranado verde, não fluorescente, com gramatura de 94 g/m² e espessura de 122 mm, formato A4.
- 1.2.** contendo efeito marca d'água formada pela palavra "TJGOIÁS", estilizada criando a imagem em linhas claras que transmitam uma sensação de relevo e até de tridimensionalidade;
- 1.3.** contendo fibras de garantia coloridas nas cores verde, azul e rosa e fibras invisíveis luminescentes na cor azul quando expostas à ação dos raios ultravioletas (UV). As fibras, de comprimento de 03 e 05 mm, serão distribuídas alternadamente no papel, na proporção de 05 a 07 fibras por centímetro quadrado.

2. IMPRESSÕES / TINTAS :

2.1. OFFSET - Uso do efeito íris, nas cores cinza e verde , mesclando-as em faixas distintas e criando um dégradé, para dificultar os copiadores a cores ; os microcaracteres em *Offset* com altura máxima de 400 micra.-01(uma) tinta para fundo numismático, 01(uma) preta para texto, 01(uma) azul para texto e 01(uma) tinta invisível reagente a luz ultra violeta.

2.3. FACE ANTERIOR ESQUERDA:

- na parte superior desta face, um local reservado à foto e ao polegar digitalizados, recoberto por malha de micro-caracteres positivos com falha técnica, formada pelo texto " Carteira de Identidade Civil e Funcional CICF", contornado por fio de micro siglas "CICF", em filigrana positiva;
- na parte inferior o Brasão do Estado de Goiás, circundado pela palavra "AUTENTICO", repetidas cinco vezes, de forma camuflada, com vista fluorescente, na cor azul sob a ação dos raios ultravioletas.

2.4. FACE ANTERIOR CENTRAL:

- na parte superior desta face, uma faixa simplex anti-scanner e efeito íris, contendo de forma visível a sigla CFCF, e de forma invisível a palavra "AUTÊNTICO", constituindo o dispositivo denominado de imagem latente;
- sobreposto a esta, o nome do cargo, na cor azul (M e C -100%), fonte arial e tamanho 14,082, complementada por filigrana em negativo;
- selo das Armas da República Federativa do Brasil, colorido e impresso em *Offset* centralizado nesta face;
- na parte inferior, a identificação do documento pelo título "Carteira de Identidade Civil e Funcional", na cor azul, fonte arial, tamanho 9.

2. 5. FACE ANTERIOR DIREITA:

- na parte superior direita desta face, tarja tipo - fita holográfica na transversal com o Brasão do Estado de Goiás sobreposto, em cores, localizada no canto superior esquerdo;
- a esquerda desta fita o texto "TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS", na cor azul, tamanho 9, centralizado nesta face;
- o texto "PORTE DE ARMAS", fonte arial, na cor preta, tamanho 12, seguido dois espaços abaixo pelo corpo do texto do artigo da lei, na fonte times new roman, cor preta, tamanho 8,5;
- na parte inferior desta face o Brasão do Estado de Goiás, circundado pela palavra "AUTÊNTICO", repetida cinco vezes, de forma camuflada, com vista fluorescente, na cor azul sob a ação dos raios ultravioletas.

2. 6. VERSO DO DOCUMENTO:

- na parte superior e inferior desta face faixa simplex anti-scanner e efeito iris, contendo de forma visível a sigla CICF e, de forma invisível, a palavra "AUTÊNTICO", constituindo o dispositivo denominado imagem latente;
- composto por fundo numismático simplex, incorporando o Brasão do Estado de Goiás e efeito iris nas cores verde, cinza, verde.

2.7. IMPRESSÕES ESPECIAIS:

- fundo invisível fluorescente;
- fundo especial, composto do brasão do Estado de Goiás, e impresso com tinta incolor, reação aos raios ultravioletas e reage com o aparecimento de imagem em tom azulado.

PARA EFEITO INFORMATIVO ÀS EMPRESAS CONCORRENTES

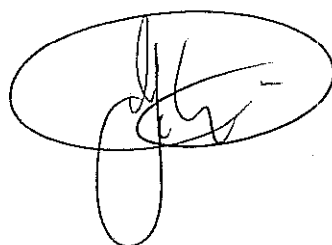
1. DAS IMPRESSÕES ELETRÔNICAS:

- Todos os dados variáveis, inclusive a fotografia, digital e assinaturas, serão impressos eletronicamente, a laser, com resolução gráfica de no mínimo 300 pontos por polegada(dpi) **pelo Tribunal de Justiça**;
- o sistema eletrônico de impressão a laser deve ser controlado por computador, criando-se um banco de dados, disponível na Diretoria de Recurso Humanos do TJ, com acesso para reemissões e verificação de dossiês;
 - a fotografia eletrônica será a cores (colorida), nas dimensões de 28 x 38mm e localizada no mínimo 2mm das margens, na caixeta a ela destinada. A impressão digital também será digitalizada;
 - para resguardar a qualidade da impressão, não será permitido o uso de equipamentos cuja densidade de captura ou de impressão seja inferior a 300 dpi (dois per inch).

2. DADOS VARIÁVEIS

A CICF será composta dos seguintes dados variáveis:

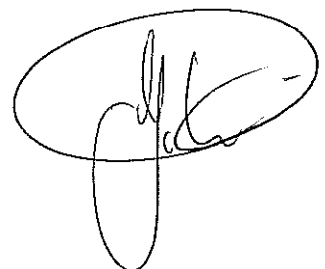
- sobre o portador, nome completo, documento de identidade, órgão expedidor/UF, CPF, grupo sanguíneo, local e data de nascimento, data de expedição, filiação e assinatura do portador;



- sobre o documento, o nome do cargo.
- aplicação de filme plástico, na face anterior direita, para proteção dos dados variáveis

OBSERVAÇÃO:

- **Quantidade: 2.000 (duas mil) carteiras;**
- **não incluir no orçamento a configuração de editor de texto para preenchimento dos dados variáveis da carteira.**



6ª camada

5ª camada

4ª camada

3ª camada

2ª camada

1ª camada

